



Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância em Saúde
Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador
Coordenação Geral de Saúde do Trabalhador
SCS Quadra 4 Bloco A – Edifício Principal 6º andar
70304-000 Brasília – DF Tel: (61) 3213-8389

ATA
17ª Reunião Ordinária da Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho
18 de agosto de 2011

Local: Confederação Nacional da Indústria - CNI
SBN, Quadra 01, bloco B, 15º andar - Brasília/DF

Hora: 10h às 17h

Participantes:

Governo

- Carlos Augusto Vaz de Souza – M. Saúde
- Jófilo Moreira Lima Júnior – FUNDACENTRO
- Remigio Todeschini – MPS
- Rinaldo Marinho – MTE
- Eduardo de Azeredo Costa – FUNDACENTRO

Empregadores

- Clóvis Veloso de Queiroz Neto – CNI
- Luis Sérgio Soares Mamari – CNC
- Nicolino Eugenio da Silva Junior – CNF
- Thiago Luiz Ticchetti – CNT

Trabalhadores

- Armando Henrique – FS
- José Alves Filho – NCST
- Dary Beck Filho – CUT
- Juneia Martins Batista – CUT
- Cleonice Caetano de Souza – UGT

Secretariado

- Terezinha Reis de Souza Maciel – M. Saúde

- **Ausências justificadas:** Geraldo A. B. Viana – CNT, Fernando Coelho – Sesi, Viviane de Jesus Forte – MTE, Jairo José da Silva – NCST, Maria Christina Félix – FUNDACENTRO.

ATA

1 Carlos Augusto fez a abertura da 17ª R.O. agradecendo a Confederação Nacional da Indústria pelo
2 espaço para realização da referida reunião. Informou sobre a discussão na reunião do PLANSAT
3 para inclusão como ponto de pauta a apresentação do projeto IPEA/Fundacentro sobre o Perfil
4 Nacional da Segurança e Saúde do Trabalhador, que, conforme acordado com a Fundacentro,
5 deverá ser apresentado na próxima reunião. Na sequência fez a leitura da pauta, que foi aprovada.
6 Em seguida se desculpou pelo envio da ata da 16ª R.O., que ocorreu somente no dia 14/08. A ata foi
7 aprovada e assinada, com uma única correção solicitada por Jófilo. Carlos retomou a discussão para
8 construção do PLANSAT, informando sobre a reunião do GT-PLANSAT realizada no dia 29/07 e a
9 reunião da bancada de governo no dia 16/08, onde ocorreram discussões e apreciações das
10 pendências dos objetivos 6, 7 e 8, para definição nesta reunião. Na estratégia 6.1 foi incluída a ação
11 6.1.6 proposta por Jófilo “articulação com instituições internacionais e nacionais para apoio técnico ao
12 processo de aperfeiçoamento dos regulamentos, instrumentos e estruturas relacionadas à gestão de
13 SST”. Rinaldo fez informe sobre o andamento da discussão da NR de Gestão de SST, que está pauta
14 da CTPP (a primeira reunião do grupo de estudos tripartite ocorrerá na última semana de setembro),
15 com a proposta de ser a NR1, que irá incorporar conteúdos da NR7, da NR9, da NR1 atual e outras
16 que abordam a temática de gestão. Eduardo de Azeredo Costa informou que representará a
17 Fundacentro na qualidade de suplente na CTSST e ressaltou sua posição favorável com as propostas
18 constantes do Plano. No texto da estratégia 6.2. foi acordada a retirada da palavra “objetivos”. Em
19 relação às ações da estratégia 6.3, foi acordada a retirada da palavra “sucateamento” na ação 6.3.4 e
20 incluída na ação 6.3.5, por sugestão de Eduardo Costa, a palavra “inovação”. Quando da abordagem
21 da estratégia 7.1, Carlos fez informe de reunião, realizada no dia 05/08/11, do comitê de

acompanhamento do Protocolo de Cooperação Técnica entre Min. Saúde (MS), MTE, MPS, Tribunal Superior do Trabalho (TST), Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e Advocacia-Geral da União, onde estiveram presentes representantes do Ministério da Educação (MEC) e foi aberta a discussão sobre a inserção de conteúdos de SST nos currículos da rede pública e privada de ensino; como encaminhamento para essa discussão, em se tratando de um tema constante do PLANSAT (objetivo 7), foi definido trazer para o âmbito da CTSST a responsabilidade pela elaboração dos tópicos de SST a serem posteriormente trabalhados junto ao MEC para a inserção, em um primeiro momento, nos currículos do ensino fundamental. Assim, foi deliberada a criação de um subgrupo da CTSST, de caráter tripartite, para fazer a referida elaboração, que será coordenado pela Fundacentro (Eduardo Costa ficou de verificar a disponibilidade da Sônia Bombardi para coordenar esse trabalho) e composto por representantes do MS e MPS, como bancada de governo, e de trabalhadores e empregadores, a serem indicados pelas coordenações das respectivas bancadas (a coordenação da Comissão fará comunicação aos coordenadores de bancada solicitando as indicações). Jófilo lembrou que esse é um resgate das discussões de 15 anos nesta temática. Carlos ressaltou a oportunidade de discussão da temática junto ao MEC. Clovis relatou diversas iniciativas nesse campo desenvolvidas pelo SESI, inclusive em vários dos seus Departamentos Regionais, que contemplam exatamente a inserção de conteúdos de SST de maneira transversal no ensino fundamental e médio. Carlos se comprometeu a informar esse encaminhamento na reunião agendada para o dia 29/08/11 do comitê de acompanhamento do Protocolo de Cooperação Técnica, no TST. Na estratégia 7.3, ação 7.3.1, Armando colocou dúvida com referência a questão dos cursos técnicos de segurança e sugeriu incluir o Ministério da Ciência e Tecnologia e outras instituições, ficando definida a inserção da articulação com outros parceiros institucionais como MCT, por meio da CAPES e CNPq, e outras instituição no âmbito federal, estadual e municipal. Quando da apreciação da ação 7.3.3, Remigio explanou sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que tem como objetivo expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio, e de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores, e Carlos falou sobre o papel da Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (UNA-SUS), ficando definida a manutenção da redação. Na estratégia 7.4, ação 7.4.2, Remigio sugeriu a inclusão de “ensino público e privado”, que foi acatada e resultou na reformulação dessa ação, com a inclusão do texto da antiga ação 7.4.3. Quando da abordagem do objetivo 8, criação de uma agenda integrada de estudos e pesquisas, Clovis fez informe, já enviado por ele para os membros da CTSST, de que estão publicados no site PRO-SST (www.sesi.org.br/pro-sst) as publicações “Panorama da Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria - Unidades da Federação” referentes aos anos de 2004, 2006, 2007 e 2009. Na ação 8.1.4 Remigio referiu a falta de recursos para o avanço de pesquisas em SST, ressaltou a importância da criação de um fundo para isso além de um fundo para reabilitação profissional. Armando defendeu que a criação do fundo possa ser vinculada a uma sistemática transparente para o acompanhamento do controle social. Na ação 8.2.1 Remigio sugeriu a inclusão da palavra “inovação”, que foi acatada. Na estratégia 8.3. foram definidas a retirada das palavras “pela aplicação” e a substituição da preposição “das” por “nas”. Na estratégia 8.4 Remigio sugeriu incluir “pesquisas para conhecer o perfil epidemiológico”, tendo sido consensuada a redação. Carlos retomou a discussão dos itens do PLANSAT que ficaram pendentes na 16ª R.O. Nas ações 1.2.2, 2.2.1 e 3.1.13 foram aprovadas as redações apresentadas. Em relação à ação 3.1.13, Nicolino lembrou que a mesma já é de responsabilidade da Previdência Social, Remigio ressaltou que tal inclusão reforça a questão política para viabilização efetiva da reabilitação profissional e Rinaldo reforçou que não significa a criação de uma rubrica, mas a criação de um fundo destinado à reabilitação. Na ação 4.3.2 foi retirada a palavra “sucateamento”. Foi acordada a manutenção da proposta que se encontra fora da matriz, apenas com a retirada, sugerida por Rinaldo, dos trechos “ou certificação ou avaliação” e “no país de origem”, justificada por informe sobre discussão de projeto, via Inmetro, sobre as certificações para verificações no país de origem das regularidades das máquinas que entram no Brasil, mesmo com declaração do fabricante, tendo sido proposto pelo Ministro Lupi um prazo de 10 dias para realização de ação conjunta com a Receita Federal e MDIC, para verificação da adequação à NR12. Foi definida a inclusão no objetivo 4 da estratégia 4.5, “promover a adequação das máquinas e equipamentos à regulamentação nacional de SST”, bem como construídas as ações 4.5.1 e 4.5.2. Carlos colocou como continuidade do processo de construção do PLANSAT a definição dos responsáveis, parceiros institucionais, indicadores e prazos para a execução de cada uma das ações. Foi proposto que o primeiro exercício desse desdobramento das ações seja feito na bancada de governo, com posterior reunião do grupo de trabalho tripartite. A coordenação da CTSST ficou com a responsabilidade do envio da matriz do PLANSAT para os membros da Comissão. Clovis solicitou a remarcação da próxima reunião da CTSST, em virtude da realização do Seminário de Prevenção de Acidentes de Trabalho, organizado pelo TST, nos dias 20 e 21/10. Foi acordada a mudança da data da reunião da CTSST para o dia 27/10/11, em São Paulo, na União Geral dos Trabalhadores. Armando fez informe sobre abaixo assinado com 1.200 assinaturas colhidas pela Força Sindical e encaminhado para a Presidenta da

República, Secretaria-Geral da Presidência da República, Casa Civil e Ministros do MS, MPS e MTE, solicitando a decretação da PNSST, e sugeriu que seja feito pelas outras centrais movimento de coleta de assinaturas. Dary informou a atividade das centrais sindicais realizada em Brasília com a Ministra da Casa Civil Gleisi Helena Hoffmann, tendo sido pautada a assinatura do Decreto, ficando a Ministra de ajudar sobre o andamento. Reforçou o apoio a Força Sindical e que encaminhará modelo de ofício para os sindicatos filiados colherem assinaturas que possam ser enviadas aos Ministros de direito. Rinaldo informou que o Ministro do Trabalho e Emprego Carlos Lupi conversou com a Presidente Dilma Rousseff e a mesma ainda não havia recebido o Decreto para assinatura, sendo necessários esforços para entrar na pauta de despacho para assinatura. Carlos reforçou que fez contato na Secretaria-Geral da Presidência da República e teve como informação a possibilidade do Decreto ser assinado na próxima semana. Na sequência Carlos leu mensagem recebida da coordenadora do grupo de trabalho setorial (GTS) da Indústria da Construção Maria Christina Felix, com a informação de o grupo retomará os seus trabalhos em reunião no dia 08/09/11. Carlos fez o informe do GTS do Transporte Rodoviário de Cargas (TRC), cuja reunião realizada no dia 03/08/11 contou com representantes do MS, MPS, Fundacentro, Departamento de Polícia Rodoviária Federal, ANTT, Nova Central Sindical, CGTB, CNT e IPEA. Destacou o foco da reunião na questão da informação, com solicitação para que cada entidade apresentasse os seus dados relacionados aos acidentes envolvendo o TRC. O IPEA apresentou atualização do projeto de custo de acidentes de trabalho, com a principal linha de vinculação das bases da Previdência Social com as da Saúde. Carlos referiu ser interessante agendar apresentação do IPEA para a CTSST. Com referência ao tema conteúdo de SST nos cursos previstos na Resolução ANTT nº 3.056/09 para os responsáveis técnicos das empresas e para os trabalhadores autônomos, Carlos ressaltou a articulação com a Fundacentro para a formulação de conteúdos para este processo de formação, que serão apresentados para a ANTT para a revisão da Resolução. Informou que será agendada reunião com os representantes do Denatran e do INSS/MPS para discussão da divergência existente na questão do motorista estar apto ou não para o retorno de suas atividades laborais. Na sequência Carlos fez informe sobre a Portaria da consulta pública da Política Nacional de Saúde do Trabalhador no SUS, publicada no DOU do dia 21/07/11, com prazo de 30 dias para contribuições. Reforçou ser a formalização dessa Política uma demanda antiga do SUS, que passou por discussões com a Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador (CIST) do Conselho Nacional de Saúde (CNS), o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), CNS e em outras instâncias e eventos e esclareceu sobre as formas propostas para os envios das contribuições, ressaltando que o documento final da Política passará por um processo de avaliação das proposições recebidas, que terá um prazo previsto de um mês para consolidação. Remigio colocou como necessidade a explicitação da integração com a PNSST. Clovis colocou o posicionamento da bancada de empregadores sobre a consulta pública da Política, frisando o curto prazo para as contribuições, bem como a dificuldade adicional da exigência constante da consulta de que as contribuições fossem feitas com fundamentação científica publicada. Informou que realizou ampla divulgação nas instâncias dos empregadores, mas o prazo de 30 dias foi inviável para o recolhimento de contribuições. Reforçou que o prazo condizente com a importância da temática para sociedade deveria ser de pelo menos de 90 dias de prazo. Também enfatizou que o momento político para publicação da consulta pública não foi o mais adequado, ao preceder a publicação da PNSST elaborada pela CTSST. Carlos reforçou que o prazo tem sido colocado como curto por várias instâncias e informou que a CIST formalizará solicitação de maior prazo, o que pode ser reforçado por outras demandas nesse sentido. Clovis fez críticas a alguns pontos do texto da Introdução da Política e ficou de encaminhar oficialmente as contribuições e posicionamento. Carlos expressou a importância dos processos da PNSST e da PNST e o compromisso do MS com a formalização e a articulação das mesmas, bem como reiterou que as contribuições para a consulta pública serão devidamente consideradas, que as questões oficializadas serão respondidas e que o diálogo para aperfeiçoamento da PNST está aberto, sendo os atores da CTSST estratégicos nesse processo. Na sequência, o documento da PNST consolidado com as contribuições da consulta pública será discutido no grupo técnico de vigilância em saúde da Comissão Intergestores Tripartite (CIT), na CIT, que reúne os gestores de saúde nas esferas estadual, municipal e federal, e no CNS, sendo prioridade do MS que a Política seja aprovada em 2011. Em seguida, Jófilo fez informe sobre o curso de mestrado em “Trabalho, Saúde e Ambiente” oferecido pela Fundacentro e ficou de enviar informativo para os membros da Comissão. Restando pouco tempo para discussão do último ponto da pauta ‘organização de atividade conjunta no dia 28 de abril de 2012’, foi encaminhado que a coordenação da Comissão fará, por e-mail, solicitação para que os coordenadores das bancadas indiquem representantes para criação de grupo de trabalho tripartite. Nada mais a declarar a reunião foi encerrada.